O direito à vida entre a dignidade da pessoa humana e a autonomia da vontade. Aportes teoréticos para a racionalidade jurídica da morte digna e do suicídio

The right to life between the dignity of the human person and the autonomy of will. Theoretical contributions to the legal rationality of dignified death and suicide

DOI: 10.55905/D&Iv2n1-003
Recebido: 09/27/2025
Aceito: 10/24/2025

Pedro Pereira Pimenta[1]

RESUMO

A partir de uma abordagem lógico-dedutiva, o artigo analisa o direito à vida, a autonomia da vontade, a morte digna e o suicídio com o objetivo de fornecer elementos para a racionalidade jurídica. Em conclusão, aposta-se numa adequada correlação entre o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e o direito à vida como via para encontrar um lugar, não um porto seguro, onde o jurista possa se posicionar.

Palavras-chave: direito à vida, dignidade, autonomia da vontade, morte digna, suicídio.

ABSTRACT

Using a logical-deductive approach, this article analyzes the right to life, autonomy of will, dignified death, and suicide with the aim of providing elements for legal rationality. In conclusion, it advocates for an adequate correlation between the fundamental principle of human dignity and the right to life as a way to find a place, not a safe harbor, where the jurist can position themselves.

Keywords: right to life, dignity, autonomy of will, dignified death, suicide.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual é marcada com avanços tecnológicos e científicos, especialmente na área médica. Se por um lado, esses avanços proporcionam meios de prolongar a vida da pessoa humana; por outro, conduzem a dilemas existenciais e

[1] Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa, Juiz Federal em Belo Horizonte - MG. E-mail: Pedro.pimenta@trf6.jus.br

jurídicos acerca dos limites éticos e jurídicos sobre o fim dessa mesma vida. A fragilidade da vida humana se revela, de maneira irrefutável, diante da perda de lucidez e, assim, da capacidade de discernimento causadas por doenças neurodegenerativas, acidentes ou envelhecimento que colocam os indivíduos, os profissionais da saúde e os familiares do paciente diante de decisões angustiantes. A ausência de clareza sobre as vontades da pessoa acometida por esses infortúnios frequentemente conduz a disputas entre médicos e familiares e, também, entre os próprios familiares, tornando latentes conflitos sociais, afetivos e jurídicos.

A partir daí indaga-se: como proteger a autonomia da vontade diante de contextos de pressão familiar ou religiosa? Até que ponto um indivíduo pode renunciar a tratamentos que prolonguem sua vida? Questões como a recusa de transfusões sanguíneas por motivos religiosos [a exemplo dos membros da confissão Testemunhas de Jeová] ou a escolha por cuidados paliativos em vez de medidas invasivas desafiam o Direito contemporâneo a equilibrar valores como liberdade individual e preservação da vida. Em especial, no Brasil, esse equilíbrio deve se dar entre a dignidade da pessoa humana, fundamento da República [art. 1º, III, da CF/88] e o direito fundamental à vida [art. 5º, *caput*, da CF/88]. O direito à vida não pode ser interpretado como uma obrigação de viver a qualquer custo, especialmente quando a medicina prolonga o sofrimento sem garantir qualidade de vida. A dignidade da pessoa humana, como princípio fundamental, ampara o exercício de autodeterminação, permitindo que o indivíduo escolha não apenas como viver, mas também como morrer com dignidade.

Nesse contexto, a preocupação com a autodeterminação e a proteção da dignidade da pessoa humana para que não sejam apenas ideais de um discurso panfletário, mas comportem direitos acessíveis, exigíveis e concretos volta-se para proteger não apenas o direito de uma vida digna, mas o direito de uma a morte digna.

Neste artigo, a partir de uma abordagem lógico-dedutiva, o direito à vida, a autonomia da vontade, a morte digna e o suicídio são analisados com o objetivo de fornecer elementos para a racionalidade jurídica. Em conclusão, aposta-se numa adequada correlação entre o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e o direito à vida como via para encontrar um lugar, não um porto seguro, onde o jurista possa se posicionar.

2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA FUNDAMENTO DA REPÚBLICA BRASILEIRA E A MUDANÇA DE PARADIGMA DO DIREITO CIVIL

Há mais de 2.500 anos (PIEROTH; SCHLINK, 2012, p. 167), a *dignidade humana* é objeto das contemplações dos filósofos e dos estudos dos teólogos. No séc. XX, devido às atrocidades da Segunda Guerra Mundial cometidas à pessoa humana, a dignidade da pessoa humana foi inserida no discurso jurídico[2]. Documentos internacionais e constituições passam a adotar o termo.

No constitucionalismo brasileiro, embora o termo *"dignidade"* esteja presente desde a primeira constituição de 1824[3] e seu sentido universalizável já apareça na constituição de 1934[4], somente a CF/88 faz referência textualmente à *dignidade da pessoa humana* e o faz logo em seu *artigo inaugural* ao inclui-la entre os *fundamentos da república*: "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito *e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana* [...]." (BRASIL, 1988).

A dignidade da pessoa humana coloca a pessoa humana *no centro da CF/88*, norma essa que sintetiza o *contra programa* [*o basta! o nunca mais!*...] ao *caminho maldito* trilhado durante a ditadura militar [1964 a 1985], que desprezou a pessoa humana, o estado de direito, a democracia, o que é perceptível na feliz síntese do discurso do presidente da assembleia constituinte proferido quando da promulgação da CF/88:

> Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina [...] A

[2] O que torna evidente que "[...] o conceito de dignidade humana não é um conceito originário do direito, resultante de uma tradição jurídica, mas um conceito filosófico [...] é um conceito jurídico filosoficamente dependente, uma vez que, estando consagrado no texto constitucional, o seu conteúdo não é perceptível sem que se procure arrimo em tradições filosóficas de pensamento." (BRITO; 2012, p. 153 e 154).

[3] A constituição do Brasil império refere-se à dignidade do imperador, da imperatriz, dos deputados e senadores do império, em arts. 16, 107 e 108 (BRASIL, 1824). Mas, essa dignidade tem o sentido de honra, de deferência e de *status* de algumas autoridades do Império.

[4] *Verbis*: "Art. 115. A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da Justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos *existências digna*. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica" (BRASIL, 1934).

> Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica [...] Tipograficamente é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição [...] (GUIMARÃES, 1988).

A dignidade da pessoa humana [art. 1º, III, da CF/88] torna a *pessoa humana* e a sua *dignidade* no elemento que *legitima* a ordem *política* e, consequentemente, é o *fundamento supremo* que *justifica a existência* (MARTINS-COSTA, 2003, p. 75; SARLET, 2019, 96-97) e *determina* o *ordenamento jurídico* como um todo[5]. A dignidade da pessoa humana é, assim, a *grundnorm*[6] [7] que confere *legitimidade* e *validez* à *essência* e à *existência* do direito, da CF/88, da república e do ordenamento jurídico brasileiro.

A CF/88 promoveu uma profunda transformação no ordenamento jurídico brasileiro, ao consagrar a dignidade da pessoa humana como fundamento da república [art. 1º, III] esse fundamento tornou-se vetor interpretativo para normas infraconstitucionais. A dignidade da pessoa humana, aliada ao extenso rol de direitos fundamentais[8], introduziu novo paradigma no ordenamento jurídico brasileiro que irradiou seus efeitos sobre todos os ramos do Direito (MARTINS-COSTA, 2003, p. 75; SARLET, 2019, 96-97), consolidou a superação da rígida divisão entre Direito Público e Privado (MOREIRA, 2018, p. 94-97) e promoveu a humanização das relações jurídicas e a centralidade da pessoa humana no sistema normativo.

Quanto ao direito civil esse fenômeno é reconhecido pela doutrina como a *constitucionalização do direito civil* que passou a ser reinterpretado, *v.g.*, com base na dignidade da pessoa humana [art. 1º, III], na função social da propriedade [art. 5º, XXIII], da função social dos contratos e na promoção de igualdade substantiva nas relações familiares e sucessórias (LIMA; SOUSA, 2016). Essa transformação promoveu uma autêntica *repersonalização do direito civil* (LÔBO, 1999, p. 103), colocando a pessoa humana como centro de gravidade do sistema jurídico e superando o formalismo de outrora. O Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), por sua vez, incorporou esses novos valores por meio de cláusulas abertas e princípios como por exemplo o da boa-fé objetiva,

[5] Nesse sentido, em face da constituição espanhola, Segado (2004, p. 27).
[6] No constitucionalismo alemão ver Dreier (2013, p. 184).
[7] Há quem afirme, tendo em vista o constitucionalismo mundial, que a dignidade da pessoa humana não é uma grundnorm, *verbis*: "A dignidade humana é o argumento central para a existência dos direitos humanos [...] Isso não significa que a dignidade humana seja a norma básica (Grundnorm) do sistema legal. Um importante e fundamental valor constitucional é uma coisa. Uma norma básica é bem outra. A norma básica determina a natureza vinculativa da constituição. Isso não está relacionado com a dignidade humana." (BARAK; 2015, p. 104-105).
[8] *V.g.:* art. 5º, art. 6º, art. 7º, art. 15, art. 150, art. 196, art. 203, V, da CF/88.

da função social do contrato e da solidariedade, rompendo, assim, com o tradicional caráter patrimonialista que cede lugar à prevalência das situações existenciais e à proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais.

Embora desde a sua origem o direito civil tenha se ocupado com a morte, mas com um viés patrimonialista[9], pois regrou acerca do destino do patrimônio deixado pelo *de cujus*[10], a modernidade lhe impôs mudanças de rumos. No Brasil, especificamente, com o advento da CF/88, levou, como afirmado, a uma releitura do direito civil à luz das normas constitucionais[11], que passou a ser orientado pelo primado de questões existenciais sobre as questões patrimoniais de outrora (TEPEDINO, 2012, p. 16). Assim, acerca da morte, importa tão quanto saber o destino do patrimônio do *de cujus*, garantir à pessoa humana uma morte digna, vez que *os derradeiros momentos de vida de uma pessoa devem ser como todos os que o antecederam: igualmente dignos* (BARROSO; MARTEL, 2010).

3 AUTONOMIA PRIVADA

Respeitar a dignidade da pessoa humana [art. 1º, III, da CF/88] importa em *levar a sério a autonomia da pessoa humana*, pois, a dignidade da pessoa humana: "[...] acolhe a ideia pré-moderna e moderna da dignitas-hominis (Pico della Mirandola) ou seja, do indivíduo conformador de si próprio e da vida segundo o seu próprio projecto espiritual (plates et fictor)." (CANOTILHO, s.d.).

Noutras palavras "[...] tratar as pessoas humanas como dignas importa em reconhecer seu direito de realizar escolhas pessoais e de segui-las [...]." (SARMENTO,

[9] "O Estado liberal clássico vivenciou a era das codificações mantendo-se o Código como núcleo do sistema de natureza civil com a preponderância da liberdade contratual, a autonomia da vontade, a propriedade privada e o modelo familiar patriarcal. Imperava o dogma da completude, ou seja, o direito codificado era considerado como suficiente para regular todas as situações que pudessem surgir em sociedade, entre os seus integrantes, com a absoluta divisão entre o direito público e o direito privado. A família, no Estado liberal clássico, era hierarquizada conforme o modelo patriarcal, com a preponderância de valores patrimoniais em detrimento da dignidade da pessoa humana, com a nítida separação entre o direito público e o direito privado. Patrimonialismo, individualismo e voluntarismo são valores do Direito Civil no Estado liberal, com a proteção da propriedade privada e da liberdade de contratar, em detrimento da pessoa humana." (MOREIRA; 2018, p. 97).

[10] *V.g.*: Art. 469 a art. 483 e art. 1.572 a art. 1.805 (BRASIL, 1916).

[11] A constitucionalização do Direito Civil mudou a concepção do direito civil, e a ideia de que o Código Civil representa a *"Constituição do Direito Privado"* encontra-se ultrapassada conforme Tepedino (2008, p. 2).

2020, p. 152), vez que, enquanto sujeito moral, é capaz de decidir, responsavelmente, sobre seus próprios interesses.

> Os sujeitos que julgam e agem moralmente supõem que entre si haja uma capacidade de imputação; eles atribuem a si mesmos e aos outros a capacidade de levarem uma vida autônoma e esperam uns dos outros igual solidariedade e respeito. (HABERMAS, 2010, p. 110).

A autonomia permite, assim, que cada pessoa humana *competente*[12], por si própria, seja responsável pela definição, estruturação e condução de sua *existência* em conformidade com seu caráter, seus valores e suas percepções. A *liberdade geral de ação* traduz-se, essencialmente, no espaço próprio de autonomia que confere a cada pessoa humana concreta a liberdade de conduzir a sua própria existência de acordo com sua personalidade e do seu projeto de vida. Nesse sentido:

> [...] liberdade de exteriorização da personalidade ou liberdade de ação de acordo com o projeto de vida e a vocação e capacidades pessoais próprias [...]. (PORTUGAL, 2018; PORTUGAL, 1998).
> Ninguém me pode constranger a ser feliz à sua maneira (como ele concebe o bem-estar dos outros homens), mas a cada um é permitido buscar a sua felicidade pela via que lhe parecer boa, contanto que não cause dano à liberdade dos outros (isto é, ao direito de outrem) aspirarem a um fim semelhante. (KANT, 1992, p. 21).

Há muito é o reconhecimento do seguinte direito:

> art. 4º**. -** A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites só podem ser determinados pela lei. (FRANÇA, 1789).

Pode-se inferir, também, essa assertiva: (i) da fórmula da humanidade kantiana: "Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca // simplesmente como meio." (KANT, 2011, p. 73) e (ii) do imperativo jurídico hegeliano: "[...] sê uma pessoa e respeita os outros enquanto pessoas." (HEGEL, 2010, p. 80).

Também, nesse sentido:

[12] Expressão usada por Dworkin (2019, *v.g.*, p. 257, 268, 315 e 321).

> As pessoas têm o direito à independência [...], desde que não ponham em risco a igual independência das outras pessoas. Assim, o governo não pode restringir a independência fundamental por nenhuma razão, exceto quando isso seja necessário para proteger a vida, a segurança ou a liberdade alheia. (DWORKIN, 2017, p. 564).

Embora haja quem entenda que o risco de dano a terceiros é simplista para restringir a autonomia, mas que essa ideia confere à restrição uma *justa presunção de legitimidade* (BARROSO, 2014, p. 96), desde que *não lese terceiros*, não cabe ao *estado*, à *sociedade* ou *terceiros quaisquer* definir como cada pessoa humana deve conduzir a sua vida ou impondo-lhe um *modelo ideal de vida virtuosa* a ser seguido. A autonomia pessoal não é, assim, um direito absoluto, vez que o seu ideal: "[...] se constitui numa visão das pessoas controlando, até certo ponto, seus próprios destinos." (RAZ, 2011, p. 347).

O STF tem entendimento da relatividade dos direitos fundamentais:

> [...] OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS NÃO TÊM CARÁTER ABSOLUTO. Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas - e considerado o substrato ético que as informa - permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros." [...]. (STF, 2000).

A autonomia pode sim ser limitada, mas demanda *razões o suficientemente legítimas* e que observe parâmetros que possibilitem o *controle intersubjetivo*, a exemplo do teste da proporcionalidade[13]. Deve-se, no entanto, atentar às distinções entre dignidade como autonomia e dignidade como heteronomia: (i) *dignidade como autonomia* é compreendida na perspectiva da promoção das liberdades individuais, no sentido de a pessoa humana *escolher seus projetos existenciais e de não sofrer discriminações em razão das suas escolhas*, na direção, *v.g.*, o art. 4º, da Declaração dos direitos do homem

[13] Acerca das restrições à autonomia e dignidade como heteronomia, ver Sarmento (2020, p. 181-209) e Barroso (2014, p. p. 87).

e do cidadão de 1789 e (ii) *dignidade como heteronomia*, tem por referência não os interesses individuais de cada pessoa humana, mas elementos externos que são fundada em padrões civilizatórios vigentes e os ideais sociais do que seja uma *vida boa*, funcionando mais como *constrição exógena às liberdades individuais*. A dignidade como autonomia reforça os direitos e a dignidade como heteronomia restringe os direitos (MCCRUDDEN, 2008, p. 702-705). Existem severas críticas à dignidade como heteronomia, tais como: a) serve para justificar políticas paternalistas, jurídico-moralistas, perfeccionistas e concepções religiosas e filosóficas [organicismo, utilitarismo, darwinismo social etc.]; b) enfraquece os direitos fundamentais; c) perda da força jurídico-política da própria dignidade da pessoa humana; d) há problemas práticos e institucionais quanto à definição dos valores compartilhados por uma comunidade ou sociedade política; e) há risco de servir de meio para manipulações partidárias baseadas em convicções próprias ou grupais do que deve ser uma *vida boa* e sua imposição como modelo a ser seguido, baseada, muitas vezes, não em argumentos racionais, mas se apresenta como pretensa expressão de exigências naturais, consideradas como irrefutáveis ou indiscutíveis (BARROSO; MARTEL, 2010; NOVAIS, 2016, p. 107).

Mas, o que importa é que:

> O [...] "princípio da autonomia da pessoa" [...] estabelece o valor da livre adoção individual de ideais de excelência humana e de planos de vida baseados neles. A partir daí, ele prescreve que o Estado (bem como indivíduos privados) não podem interferir na escolha e realização desses ideais e planos, limitando-se ao desenho das instituições que facilitam a realização individual dos mesmos de modo a evitar interferência mútua. Isso é o que está na base do "princípio do dano" mais específico e menos básico, que proscreve a interferência estatal na conduta que não causa dano a terceiros. Tal interferência pode ser objetada, na medida em que ela pode implicar em abandonar a neutralidade do Estado em meio a diferentes ideais de excelência pessoal. (NINO, 2011, p. 177).

Devem-se respeitar as decisões de cada pessoa humana tomadas *por si própria*, mesmo que alegadamente *imprudentes* ou por mais que *desafiem costumes enraizados ou vá de encontro aos padrões das maiorias sociais* (DWORKIN, 2019, p. 317; SARMENTO, 2020, p. 183), pois: "Em sociedades liberais, todo cidadão tem o mesmo direito de seguir seus planos de vida individuais "da melhor maneira possível". Esse espaço ético de liberdade para fazer o melhor de uma vida que pode fracassar também [...]." (HABERMAS, 2010, p. 84).

Isso porque: (i) em geral, cada pessoa, melhor que ninguém, sabe quais são seus interesses fundamentais e (ii) "[...] não se pode conferir valor à uma vida a partir de fora; este deve ser gerado pela própria pessoa." (DWORKIN, 2019, p. 329).

Assim, decorre da ideia da dignidade da pessoa humana a *autodeterminação* de cada pessoa consciente, informada e responsável *dispor livremente* acerca das possibilidades de *auto conformação de sua vida*, o que inclui o direito de: (i) determinar livremente qual o *sentido* e o *conteúdo* de *sua própria dignidade*, quer seja, o que significa *para si e em si* a dignidade da pessoa humana (DREIER, 2013, p. 246); (ii) decidir livremente, no decorrer de sua existência, *como deseja exercer a autocompreensão da própria dignidade* (STARCK, 2013, p. 220-221) e (iii) decidir livremente acerca das *modalidades de exercício*, *não-exercício* ou, até mesmo, *renúncia de posições protegidas de direitos fundamentais* (NOVAIS, 2016, p. 64). Inclusive, no caso de conflito entre direitos fundamentais da mesma pessoa, o STF decidiu que: "[...] é razoável e desejável que o Estado resguarde a autonomia pessoal na realização da ponderação entre eles." (STF, 2019).

Nos casos em que o *interessado não se vê*, não pode o *estado* ou *terceiros*, em nome da dignidade da pessoa humana, arrogar-se no direito de *protegê-lo contra si mesmo*, pois: "[...] não é função do Estado estabelecer um código moral único em detrimento da liberdade e da independência ética que cada pessoa deve ter." (STF, 2019) [14].

Isso, sob pena de violar a *independência ética*, compete ao próprio interessado, no decorrer de sua vida, decidir acerca de suas escolhas mais íntimas e pessoais, de modo que: "[...] O governo não deve restringir a autonomia quando a justificativa dessa restrição pressupõe a superioridade ou a popularidade de quaisquer valores éticos controversos na comunidade." (DWORKIN, 2017, p. 564).

Essa *suposta proteção* tende a voltar-se contra seu portador, vez que converte a dignidade numa *norma de intervenção forçada* na autonomia individual, podendo não só reduzi-la, mas, aniquilá-la (DREIER, 2013, p. 246).

Só se admite esse tipo de intervenção nos seguintes casos: (i) como medida protetiva em favor de pessoa privada de capacidade [psicológica] de autodeterminação (NOVAIS, 2016, p. 141; SARLET, 2013, p. 30) e (ii) para impedir que a pessoa renuncie,

[14] Ver Novais (2016, p. 65).

permanentemente, à sua capacidade de autodeterminação, *v.g.*: tornar-se escrava de outrem (DREIER, 2013, p. 245), pois a escravidão é *essencialmente incompatível* com a dignidade da pessoa humana (BRITO, 2017, p. 42). A ofensa fundamental da escravidão à dignidade da pessoa humana não consiste, somente, na supressão da liberdade [o que já é escandaloso], mas de retirar do *ser* a categoria de pessoa humana (ARENDT, 2012, p. 404-405) e de considerá-lo como se objeto fosse. Não há como renunciar à condição de pessoa humana, consequentemente, nenhuma pessoa humana tem autonomia para deixar de ser uma pessoa humana e tornar-se um objeto.

> [...] ao vender-se como escrava, abdica da sua liberdade; priva-se de qualquer uso futuro dela, depois desse ato único. Invalida assim, no seu caso, o próprio objetivo que constitui a justificação para a permitir dispor de si mesma. Deixa de ser livre: passa a estar a partir daí numa posição em que já não tem a seu favor o fato de permanecer nessa posição voluntariamente. O princípio da liberdade não pode exigir que tenha a liberdade de não ser livre. Poder abdicar da liberdade não é liberdade (MILL, 2011, p. 124).

Assim, em decorrência da dignidade da pessoa humana, *em regra*, deve prevalecer a *presunção da legitimidade da autonomia pessoal* do portador dessa dignidade, recaindo sobre o *suposto interventor* o *ônus argumentativo* de justificar, conforme o caso, o porquê da intervenção e da relativização da autonomia pessoal. Há situações reconhecidamente polêmicas que envolvem a *indústria do entretenimento* em que o portador da dignidade da pessoa humana *permite* que seja usado, humilhado ou se *submeta* a situações constrangedoras, consideradas, *comumente*, como denegridoras da dignidade da pessoa humana, *v.g.*: *reality show*[15], prostituição.

Em geral, essas questões envolvem, direta ou indiretamente, *percepções*, *avaliações* e *escolhas* baseadas em "*virtudes pessoais*", portanto, submetidas à autodeterminação de cada um. Se se trata de *permissão voluntária, genuína* de uma *pessoa humana autônoma e responsável,* suas escolhas não podem ser relativizadas, sob pena de *limitar* ou *suprimir* a autonomia pessoal. E mais, o que *parece* degradante aos olhos de terceiros pode não o ser para a *suposta* vítima e já não seria adequada a intervenção estatal (DREIER, 2013, p. 247-248).

[15] Como os programas "*big brother*" e "a fazenda", amplamente conhecidos no Brasil.

4 A MORTE DIGNA E O SUICÍDIO

A resistência à limitação da autonomia individual por intermédio de *razões perfeccionistas* e *paternalistas* deve ser especialmente observada quando estão em questão bens constitucionalmente tutelados, a exemplo do *direito fundamental à vida*, pois é nos *interesses existenciais altamente sensíveis* vinculados à *vida*, em especial quando se trata de decidir sobre *a própria morte*, que se exige da dignidade da pessoa humana maior *proteção* à *autonomia pessoal*[16].

A CF/88 assegura o *direito à vida* [art. 5º, *caput*], o que, *a princípio*, objetaria o *direito à própria morte*. No entanto, esses direitos não são antagônicos, mas, compreendem *"[...] duas dimensões de um mesmo direito."* (RIBEIRO, 2006, p. 750), afinal: "[...] vivemos toda nossa vida à sombra da morte; também é verdade que morreremos à sombra de toda nossa vida" (DWORKIN, 2019, p. 280).

Dada a finitude da existência humana, não se pode negar que a morte é o caminho natural da vida, pois, inclusive, ao nascer começamos a morrer, "*nascendo morimur*" (MANILIO, 2002, p. 122). Inclusive, o *direito à morte* foi objeto de análise no STF, AgR no MI 6.825:

> AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE INJUNÇÃO. DIREITO À MORTE DIGNA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE LACUNA TÉCNICA. INEXISTÊNCIA DE EFETIVO IMPEDIMENTO DO EXERCÍCIO DO DIREITO ALEGADO. INADMISSIBILIDADE DO WRIT. DESPROVIMENTO DO AGRAVO. 1. O cabimento do mandado de injunção pressupõe a existência de omissão legislativa relativa ao gozo de direitos ou liberdade garantidos constitucionalmente pelas normas constitucionais de eficácia limitada stricto sensu e a existência de nexo de causalidade entre a omissão e a inviabilidade do exercício do direito alegado. 2. In casu, não restando demonstrada a existência de lacuna técnica quanto ao descumprimento de algum dever constitucional pelo legislador no tocante ao direito à morte digna, bem como ante a inexistência da efetiva inviabilidade do gozo do direito pleiteado, impõe-se o não conhecimento do mandado de injunção (STF, 2019).

Ressalta-se que foi consignado no voto do relator: "[...] a ausência dos pressupostos que conduziram ao não conhecimento do presente mandado de injunção não significa a possibilidade de suprir-se o direito pleiteado pelas vias judiciais adequadas." (STF, 2019).

[16] Cf. Sarmento (2020, p. 192). Isso é amplamente apresentado em Dworkin (2019).

Deve-se reconhecer o *direito da pessoa humana à própria morte*, que inclui o direito de escolher o *momento de sua morte*, bem como o direito de *morrer com dignidade*[17], assuntos *polêmicos* (DWORKIN, 2019, p. 251-307; STF, 2019).

Do ponto de vista religioso [algo que não pode ser ignorado, numa sociedade marcadamente cristã, como a brasileira] a igreja católica romana *"[...] é o adversário mais inflexível, mais vigilante e, sem dúvida, mais eficiente [...]."* (DWORKIN, 2019, p. 275), o que pode ser observado, *vg.*: na Declaração sobre a eutanásia (VATICANO, 1980) e na Carta *samaritanus bonus.* Sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida (VATICAN0, 2020).

Como exemplo de polêmica jurídica acerca da a eutanásia e temas correlatos pode-se citar as discussões levadas a cabo em Portugal, desde 1995, sobre o tema (PORTUGAL, 2022; PORTUGAL, 2023a), que aprovado pela Assembleia da República o Decreto 23/XV [que regula as condições especiais em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o código penal], o presidente português o enviou ao Tribunal Constitucional, para fiscalização preventiva (PORTUGAL, 2023b), que, ao final reconheceu a sua parcial inconstitucionalidade (PORTUGAL, 2023c).

Em linhas gerais, sem pretensão de aprofundar, considerando os limites do objeto deste estudo, diz-se que a *eutanásia* é termo usado genericamente para designar a eutanásia direta, a eutanásia indireta, a eutanásia passiva e o suicídio assistido (ABREU, 2015). *Eutanásia direta*: causar intencionalmente a morte de alguém para aliviá-la de sofrimentos que decorrem de enfermidade degradante e incurável; *distanásia* [eutanásia indireta ou eventual ou obstinação terapêutica]: consiste em administrar a um paciente em estado terminal meios para aliviar as condições severas de sofrimento, que de outra não podem ser remediadas, cujos efeitos colaterais, não intencionais, aceleram o óbito; *ortotanásia* [eutanásia passiva ou por omissão]: prática pela qual se evita prolongar, por meios artificiais e desproporcionais, a vida de um doente incurável ou em sofrimento intolerável e *suicídio assistido*: conduta que consiste em alguém ajudar outra pessoa a pôr termo à vida para livrá-la de sofrimento (RIBEIRO, 2006; JUNGES, 2006; GOFFI, 2013; REAL, 2015; BARROSO; MARTEL, 2010; DWORKIN, 2019; DREIER, 2013; VATICANO, 1980; PORTUGAL, 2022). Embora a *eutanásia direta* não configure de forma expressa no ordenamento jurídico brasileiro, pouco importa se há ou não o

[17] Ver Dreier (2013, p. 248-249) e Novais (2016, p. 123-214)

consentimento da pessoa doente ou a motivação piedosa de quem a pratique, o Código Penal qualifica a conduta como homicídio privilegiado, cf. art. 121, § 1º (BRASIL, 1940). Quanto ao *suicídio assistido*, *a conduta de quem presta o auxílio* é considerada crime, nos termos do art. 122, do CP (BRASIL, 1940). Embora não exista isenção expressa no Código Penal em relação à *ortotanásia* e à *distanásia*, há entendimento pela atipicidade e são socialmente aceitas e praticadas pela comunidade médica (BRASIL, 2006; PESSINI, s.d.).

Embora seja dever do estado garantir o direito à vida, esse não pode prevalecer no sentido de impedir à própria *pessoa humana responsável*, que padeça de doença terminal que lhe causa sofrimentos físicos e psíquicos, de decidir, autonomamente, acerca do prosseguimento ou não da sua existência. Eis a reflexão de Nietzche:

> Em certas situações, é inconveniente viver mais tempo. O vegetar prolongado em cobarde dependência dos médicos e praticantes, depois de se ter perdido o sentido e o direito à vida, deveria arrastar atrás de si, na sociedade, um profundo desprezo. (NIETZSCHE, 2018, p. 76-77)

O *direito à vida* [art. 5º, *caput*, da CF/88] é um direito *potestativo*, vez que para viver [exercer o direito à vida] não é necessária a anuência ou autorização de ninguém, simplesmente *vive-se a própria vida*. Ressalvada a pena de morte prevista no art. 5º, XLVII, da CF/88, o estado e nem ninguém pode impor restrição a esse direito. O direito à vida, enquanto direito potestativo é, assim, *renunciável* somente pelo seu titular. "[...] se não fosse renunciável, não seria direito, mas dever de viver." (RIBEIRO, 2006, p. 1750).

Embora o suicídio seja encarado como um tabu, é uma realidade que não se pode ignorar.

> [...] não é escolher a morte (esta é uma escolha que não temos: de qualquer maneira, teremos de morrer), mas o momento da morte. É um ato de oportunidade, e de maneira nenhuma o absoluto que às vezes pretendem ver nele. Trata-se, nem mais nem menos, de ganhar tempo em relação ao inevitável, de antecipar o nada, de pegar o destino de surpresa, por assim dizer. E o atalho definitivo (COMTE-SPONVILLE, 2011, p. 575).
> Morrer orgulhosamente quando já não é possível viver com orgulho. A morte, escolhida livremente, a morte no tempo oportuno (NIETZSCHE, 2018, p. 86).

Do ponto de vista moral e ético, há posições contrárias e a favor do suicídio. Quanto às *posições contrária ao suicídio* eis algumas: (a) Para Aristóteles, o suicídio é

injusto para com a comunidade e *deve ser punido* com a perda de direitos civis (ARISTÓTELES, 2006, p. 126); (b) Agostinho e Aquino entendem que o suicídio é contrário à vontade divina, que: não existe autoridade alguma, seja qual for o caso, que conceda ao cristão o direito de matar-se, voluntariamente (SANTO AGOSTINHO, 2020, p. 68-70) e é permitido matar-se a si mesmo? (TOMÁS DE AQUINO, 2017, p. 137-140); (c) Para a igreja católica romana, o suicídio é contrário ao amor a si mesmo, ao amor ao próximo e ao amor de Deus, conforme consta no art. 1701, de seu Catecismo (VATICANO, 1992); (d) Kant afirma que: "O suicídio é um crime (um assassinato) [...] o homem está [...] meramente pela sua qualidade de pessoa, obrigado a conservar a sua vida [...]." (KANT, 2017, p. 346-347).

Em relação às posições favoráveis ao suicídio pode-se citar:

(a) Cícero:

> Quando as circunstâncias de um homem contêm uma preponderância de coisas de acordo com a natureza, é apropriado que ele permaneça vivo; quando ele possui ou vê em perspectiva a maioria das coisas contrárias, é apropriado que ele se afaste da vida. Isso deixa claro que às vezes é apropriado para o sábio abandonar a vida, embora seja feliz, e, também, para o tolo permanecer na vida, embora seja miserável (CÍCERO, 1931).

(b) David Hume:

> [...] o Suicídio é muitas vezes compatível com o interesse e com o dever para conosco mesmos. Acredito que nenhum homem já ameaçou tirar a própria vida enquanto ela era digna de ser vivida. Pois tal é o nosso horror natural à morte que motivos fúteis nunca nos farão aceitá-la, e, ainda que possa acontecer de a saúde de um homem ou de a fortuna de um indivíduo não parecer exigir este remédio, podemos pelo menos estar seguros de que qualquer um que, sem uma razão aparente, tenha recorrido ao Suicídio foi afligido de maneira incurável por uma angústia tão sombria e miserável que é como se tivessem caído sobre as suas costas todas as desgraças do mundo (HUME, 2004, p. 812-813).

(c) Nietzche: "A ideia do suicídio é um potente meio de conforto: com ela superamos muitas noites más." (NIETZSCHE, 2001, p. 91).

(d) Sartre:

> [...] esta guerra é minha guerra, é feita à minha imagem e eu a mereço. Mereço-a, primeiro, porque sempre poderia livrar-me dela pelo suicídio ou pela deserção: esses possíveis últimos são os que devem estar sempre presentes a nós quando se trata de enfrentar uma situação (SARTRE, 2011, p. 678).

Ora, se o suicídio for baseado numa decisão responsável, não pode ser, juridicamente, contrário à dignidade da pessoa humana[18]. Inclusive, registra-se que a tentativa do suicídio no Brasil não é crime, bem como em muitos países, *v.g.*: Alemanha, Grã-Bretanha, França, sobretudo: "[...] para facilitar o tratamento psiquiátrico dos autores dessas tentativas e para atenuar o impacto desse gesto sobre a família." (BATTIN, 2013, p. 1001).

Assim, ao contrário, o suicídio, nesse contexto, deve ser encarado com um ato que faz parte do *direito à própria morte*, embora as medidas para impedi-lo são, essencialmente, justificadas pela *presumível* limitação da capacidade de avaliação do suicida ou para proteger terceiros (DREIER, 2013, p. 248), embora haja quem indique que essas intervenções são baseadas em razões paternalistas, vez que: "[...] acreditamos que ele desconhece seus próprios interesses e que sabemos melhor o que é bom para ele." (DWORKIN, 2019, p. 272).

5 PARA CONCLUIR

Desse modo, a autonomia da vontade emerge como expressão essencial da dignidade humana, conferindo ao indivíduo o direito de decidir, de modo consciente e responsável, sobre o prolongamento ou a cessação de sua existência. A morte digna, enquanto manifestação dessa autonomia, não se opõe ao direito à vida, mas o complementa, na medida em que impede que a vida seja reduzida a mera sobrevivência biológica sem qualidade ou sentido. A racionalidade jurídica, nesse ponto, deve equilibrar o respeito à liberdade individual com a proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional, evitando tanto o paternalismo estatal quanto o relativismo absoluto.

Conclui-se, portanto, que a efetivação do direito à vida, sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana, implica o reconhecimento da liberdade de cada indivíduo em escolher o modo de conduzir e concluir sua existência. Tal compreensão exige do jurista uma postura prudente e ética, capaz de harmonizar a proteção da vida com o respeito à autonomia pessoal, sem recorrer a dogmatismos religiosos ou morais. Assim, mais do que um porto seguro, o equilíbrio entre dignidade e autonomia apresenta-se como um espaço de responsabilidade compartilhada, no qual o Direito reafirma sua vocação

[18] Num contexto do constitucionalismo alemão ver Dreier (2013, p. 248)

humanista: garantir não apenas o direito de viver, mas também o direito de morrer com liberdade, consciência e respeito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fabiano da Silva. Eutanásia e legislação penal. **Revista Âmbito Jurídico**. 2015. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/eutanasia-e-legislacao-penal/. Acesso em: 12 jan. 2025.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 1. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARISTÓTELES. **Ética a nicômaco**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BARAK, Aharon. **Human dignity: the constitutional value and the constitutional right**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BARROSO, Luís Roberto**. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial**. Trad. Humberto Laport de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BARROSO, Luís Roberto; MARTEL, Letícia de Campos Velho. **A morte como ela é: dignidade e autonomia individual no final da vida. Os Constitucionalistas.** Disponível em: https://www.osconstitucionalistas.com.br/a-morte-como-ela-e-dignidade-e-autonomia-individual-no-final-da-vida. Acesso em: 07 jan. 2025.

BATTIN, Margaret. Suicídio. In: CANTO-SPERBER, Monique [Org.]. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff et al. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013. p. 999-1003.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina - CFM. **Resolução 1.805/2006.** Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2006/1805. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil, 25 de março de 1824.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL**. Código Civil Brasileiro de 1916. Lei 3.071, de 01 de janeiro de 1916**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **AgR no MI 6.825.** Relator Ministro Esdosn Fachin. Julgado em 11/04/2019. Publicação DJe 27/05/2019. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749934134. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **MS 23.452**. Relator Ministro Octávio Gallotti. Julgado em 19/09/2000. Publicação DJ 24/11/2000. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85966. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRITO, Miguel Nogueira de. *O conceito constitucional de dignidade humana entre o absoluto e a ponderação: o caso da reprodução humana*. In: CORREIA, Fernando Alves; MACHADO, Jónatas E. M.; LOUREIRO, José Carlos [Orgs.]. **Estudos em homenagem ao prof. doutor José Joaquim Gomes Canotilho. Vol. III. Direitos e interconstitucionalidades: entre a dignidade e cosmopolitismo.** Coimbra: Coimbra Editora, 2012. p. 151-178.

BRITO, Miguel Nogueira de**. Introdução ao estudo do direito**. Lisboa: AAFDL, 2017.

CANOTILHO, J. J. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. 16. reimpr. Coimbra: Almedina, s.d.

CÍCERO**. De finibus bonorum et malorum**. Trad. H. Rackham M. A. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, p. 279-280, 1931.

COMTE-SPONVILLE, André**. Dicionário filosófico**. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. 2. tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

DREIER, Horst. **Grundgesetz kommentar**. Band I. 3. Auflage. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

DWORKIN, Ronald. **A raposa e o porco espinho: justiça e valor.** Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FRANÇA. **Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789**. 1789. Disponível em: https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao. Acesso em: 14 jan. 2025.

GOFFI, Jean-Yves. Eutanásia. In: CANTO-SPERBER, Monique [Org.]. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff et al. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013. p. 395-397.

GUIMARÃES, Dep. Ulysses. **Discurso na promulgação da CF/88**. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, Brasília, a. 11, n. 308, p. 14.380-14.382, 05 out. 1988.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. Trad. Karina Jannini. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia do direito**. Trad. Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010.

HUME, David**. Ensaios morais, políticos e literários**. Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

JUNGES, José Roque. Eutanásia. In: BARRETTO, Vicente de Paulo [Org.]. **Dicionário de filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 302-308;

KANT, Immanuel**. A metafísica dos costumes**. Trad. José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

KANT, Immanuel. **Sobre a expressão corrente: isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática**. Trad. Artur Morão. 1992. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kant/1793/mes/corrente.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

LIMA, Carolina Silva; SOUSA, Luana Pereira. **Constitucionalização do direito civil como garantia de eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.** 2016. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/2810. Acesso em: 09 jan. 2025.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 36, n. 141, p. 99-109, jan./mar. 1999.

MANILIO. **Astrología.** Trad. e notas: Francisco Calero e Maria José Echarte. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 2002.

MARTINS-COSTA, Judith. As interfaces entre o direito e a bioética. In: CLOTET, Joaquim (Org.). **Bioética**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 67-84.

MCCRUDDEN, Christopher. Human dignity and judicial interpretation of human rights. **The European Journal of International Law**, v. 19, n. 4, p. 655-724, 2008.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Trad. Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MOREIRA, José Cláudio Domingues. A constitucionalização do Direito Civil: o direito público matou o direito privado? In: VILLEN, Antonio Carlos et al. **Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil**. Coordenação: Alexandre Dartanhan de Mello Guerra. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, v. 1, 2018. p. 91-99.

NINO, Carlos Santiago. **Ética e direitos humanos**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro**. Trad. Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus S.A., 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **O crepúsculo dos ídolos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2018.

NOVAIS, Jorge Reis. A dignidade da pessoa humana. Vol. I. **Dignidade e direitos fundamentais**. Coimbra: Almedina, 2016.

PESSINI, Léo. **Distanásia: até quando investir sem agredir?** Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/394/357. Acesso em: 02 jan. 2025.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard**. Direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTUGAL. Assembleia da República. **Eutanásia e suicídio assistido: enquadramento internacional.** Lisboa: Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP. 2022. Disponível em: https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/60-04-2022.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

PORTUGAL. Assembleia da República. **Ordem do dia: morte medicamente assistida**. Votação global. 2023a. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Paginas/2022/junho/morte-medicamente-assistida.aspx. Acesso em: 03 jan. 2025.

PORTUGAL. Presidência da República Portuguesa. **Presidente da república submete eutanásia ao tribunal constitucional**. 2023b. Disponível em: https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2023/01/presidente-da-republica-submete-eutanasia-ao-tribunal-constitucional/. Acesso em: 05 jan. 2025.

PORTUGAL. Tribunal Constitucional de Portugal. **Acórdão n. 5/2023**. 2023c. Disponível em: https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20230005.html. Acesso em: 30 jan. 2025.

PORTUGAL. Tribunal Constitucional de Portugal. **Acórdão n. 225/2018**. 2018. Disponível em: https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20180225.html. Acesso em: 18 dez. 2024.

PORTUGAL. Tribunal Constitucional de Portugal. **Acórdão n. 288/1998**. 1998. Disponível em: https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19980288.html. Acesso em: 18 dez. 2024.

RAZ, Joseph. **A moralidade da liberdade**. Trad. Carlos Henrique de Oliviera Blecher e Leandro Mafei Rabelo Queiroz. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.

REAL, Miguel. **Manifesto em defesa de uma morte livre: pelo direito a terminar a vida com dignidade e sem sofrimento**. Lisboa: Edições Parsifal, Lda., 2015.

RIBEIRO, Diaulas Costa. Autonomia: viver a própria vida e morrer a própria morte. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 8, p. 1749-1754, ago. 2006.

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus.** Parte I. Trad. Oscar Paes Lemes. 2. ed. 4. reimpr. Petrópolis: Vozes, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível**. In: SARLET, Ingo Wolfgang. Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. 2. ed. 2. tiragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 15-43.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada – ensaio de ontologia fenomenológica**. Trad. Paulo Perdigão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SEGADO, Francisco Fernández. La dignidad de la persona como valor supremo del ordenamiento jurídico español y como fuente de todos los derechos. **A&C Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, ano 4, n. 18, p. 11-42, out./dez. 2004.

STARCK, Christian. Dignidade humana como garantia constitucional: o exemplo da lei fundamental alemã. Trad. Rita Dostal Zanini. In: SARLET, Ingo Wolfgang**. Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional.** 2. ed. 2. tiragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 199-224.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil.** 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TEPEDINO, Gustavo. **Marchas e contramarchas da constitucionalização do Direito Civil: a interpretação do direito privado à luz da Constituição da República**. [Syn]Thesis, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 15-21, 2012.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. Vol. VI: II-II. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Loyola, 2017.

VATICANO. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé**. Carta samaritanus bonus. Sobre o cuidado das pessoas nas fases críticas e terminais da vida.** 2020. Disponível

em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20200714_samaritanus-bonus_po.html. Acesso em: 12 de jan. 2025.

VATICANO. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. **Declaração sobre a eutanásia**. 1980. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19800505_euthanasia_po.html. Acesso em: 12 de jan. 2025.

VATICANO. **Catecismo da Igreja Católica**. 1992. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em 28 de jan. 2025, itens 2280-2283.